

ESTATUTO DO DESARMAMENTO PRESERVADO: VITÓRIA DA VIDA SOBRE A MORTE

Mais uma vitória da vida sobre a morte. A "bancada da bala" não conseguiu seu intento de revogar o Estatuto do Desarmamento na Câmara Federal. O Projeto de Lei 3722, que buscava às pressas e sorrateiramente substituir a presente lei de controle de armas, que em seus 11 anos de existência já salvou milhares de vidas, vai ser arquivado.

No último dia 17, a mobilização das forças sociais em defesa da segurança pública impediu que se realizasse a última sessão da Comissão Especial, criada sob a influência da indústria e do comércio de armas e munições, para acabar com o controle sobre as vendas e uso de armamento no Brasil, garantido pelo Estatuto. Suspensa essa reunião por determinação do Presidente do Senado, com o término da atual legislatura, encerra-se a vigência da Comissão, e o referido Projeto de Lei, e seu Substitutivo, serão arquivados. Só restará ao lobby dos que faturam com a venda de armas reiniciar sua ação para solapar a atual lei no próximo ano legislativo, mas dessa vez enfrentarão uma sociedade civil vigilante, em defesa da prevalência da segurança pública sobre a ganância de um pequeno grupo de empresários. Se querem mudanças na lei, terão que se submeter ao debate democrático, à apreciação pela opinião pública das pesquisas acadêmicas que revelam os benefícios trazidos pelo Estatuto ao reduzir drasticamente os homicídios por arma de fogo no país, e não mais conseguirão revogá-lo na calada da noite.

Desta vez, embora pegos de surpresa por uma Comissão que agiu na penumbra e sem transparência, impedindo o debate interno e a participação da sociedade e de especialistas durante Audiências Públicas, como é garantido pelas normas de funcionamento das comissões parlamentares, o Estatuto só não foi derrubado porque em questão de dias amplos setores da sociedade, e do governo, se mobilizaram em sua defesa. Os principais protagonistas desse episódio, que ficará na história como uma espetacular vitória da sociedade sobre o interesse de um pequeno grupo de empresários, foram:

1) Os deputados e senadores que saíram em defesa do Estatuto, sob a liderança dos deputados Alessandro Molón (PT/RJ) e Paulo Teixeira (PT/SP), apoiados pelos deputados Ivan Valente (PSOL/SP), Erika Kokay (PT/DF), Luis Couto (PT/PB), Sibá Machado (PT/AC) e Jean Willys (PSOL/RJ), e pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL). Além de defenderem o controle de armas na Comissão, esses parlamentares conseguiram repetir o que se havia alcançado durante a própria votação do Estatuto em 2003: colocar a defesa da

segurança pública e dos cidadãos acima das divergências partidárias. Também dessa vez se uniram PT, PSDB, PMDB e PSOL para impedir um golpe parlamentar, que aprovaria um Projeto de Lei sem garantir à oposição as mínimas condições de debatê-lo e rechaçá-lo, pisoteando as normas regimentais que regem o funcionamento das Comissões Parlamentares.

2) As ONGs que se reúnem na REDE DESARMA BRASIL, que luta pelo controle das armas e munições e em defesa do Estatuto, como o Viva Rio, Pró-Vítima, Sou da Paz, MovPaz, Paze ando etc. Seu trabalho voluntário, sem qualquer apoio (ao contrário do lobby milionário de deputados e ONGs financiados pela indústria de armamento), mobilizou a sociedade, que no último dia 10 lotou o auditório da última reunião da Comissão Especial, principalmente de familiares de vítimas de arma de fogo, protestando contra o processo anti-democrático de decisão; produziu análise e crítica do Projeto de Lei que visava liberar o porte de armas; denunciou as manobras parlamentares da "bancada da bala" na imprensa; pressionou o Executivo a se manifestar, cobrou posicionamento de lideranças políticas e colaborou com os deputados defensores do Estatuto.

3) A POLÍCIA FEDERAL, maior responsável pela implementação do Estatuto, depôs na Comissão, e sempre manifestou sua importância no combate ao crime e na preservação de vidas. Também teve grande importância o apoio da FEDERAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS (FENEME), que reúne a nível nacional os oficiais das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros, que com a autoridade de quem tem a missão de proteger o cidadão, demonstrou a importância do Estatuto do Desarmamento para facilitar o trabalho da polícia. Além do apoio do CONASP - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, que reúne as diferentes categorias profissionais que operam a área de segurança pública, além de representantes da sociedade civil, como o movimento de defesa dos negros, das mulheres, das minorias sexuais, das ONGs e outros setores vítimas da violência das armas. Seus membros se manifestaram em defesa do Estatuto, e se somaram ao coro dos que, durante a reunião da Comissão Especial exigiram um processo democrático de decisão. Também a IGREJA CATÓLICA tem sido uma grande defensora do Estatuto, elogiado pelo Papa em audiência concedida a membros do movimento internacional de controle de armas, defendido publicamente por FREI BETO e pela CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB).

4) Especialistas em segurança pública, que divulgaram os resultados de suas pesquisas e dados científicos que comprovam os bons resultados do Estatuto do Desarmamento e os riscos de se voltar às condições calamitosas de antes de sua promulgação, como Gláucio Soares (UERJ e Universidade da Flórida), Daniel Cerqueira (IPEA), Luiz Eduardo Soares (UERJ), Antonio Rangel Bandeira (Rede Desarma Brasil, Viva Rio e ONU), Cláudio Beato (UFMJ), Ignácio Cano (UERJ), Túlio Kahn (USP), Luis Flávio Saporì (PUC/MG), Daniel Mack e Bruno

Langeani (Sou da Paz), Julita Lembruber (CESEC) e Luciana Phebo (epidemiologista, UNICEF), entre outros.

5) O Ministro da Justiça, Luiz Eduardo Cardozo, que apelou ao bom senso do Congresso para não revogar a atual legislação que tem demonstrado resultados positivos na contenção da violência armada.

6) Os ex-Presidentes Lula e Fernando Henrique Cardoso, que se manifestaram publicamente em defesa do Estatuto, colaborando para que os parlamentares dos seus partidos saíssem em defesa da lei atual.

7) Os Secretários de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, de São Paulo, Fernando Grella, e Espírito Santo, André Garcia, que declararam a importância que o Estatuto tem tido em seu trabalho vitorioso de redução da violência armada em seus Estados.



A partir da mobilização democrática desses atores sociais, o Congresso Nacional teve sensibilidade para ouvir a voz das vítimas, e dos que conhecem o verdadeiro impacto do descontrole das armas de fogo no aumento dos homicídios e na insegurança dos lares, arquivando o Projeto de Lei mercenário, que visava sobrepor o interesse de um grupo privado à segurança das famílias brasileiras. Da próxima vez, esse setor que tem demonstrado

desprezo pela segurança da população, encontrará a sociedade em alerta, em defesa do Estatuto do Desarmamento. A luta continua!

Brasília, 19 de dezembro de 2014

REDE DESARMA BRASIL

Gráficos Abaixo construídos com a ajuda do Gilmar Alves rebatendo várias afirmações do lobby da bala. A base de dados é da Universidade de Sidney. Podem ser usados, citados os autores.

Vamos salvar vidas!
Gláucio Soares (UERJ e Universidade da Flórida).





